

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre o envio oficial mensal dos dados referentes à recepção de matéria-prima, à produção, à ocorrência de doenças - dados nosográficos (quando aplicável) e à comercialização dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal Executado pelo CONVALE.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONVALE, no uso de suas atribuições legais conforme poderes que lhe conferem, RESOLVE:

Art. 1º. Esta Instrução Normativa regulamentará o controle e o gerenciamento de informações e documentos relacionados ao processo produtivo de produtos de origem animal (POA), abrangendo todas as atividades realizadas pelo estabelecimento que se envolvam, direta ou indiretamente, com o processo de produção.

§ 1º O processo produtivo compreende todos os atos a partir da aquisição de matérias-primas até a comercialização dos produtos de origem animal destinados à alimentação.

§ 2º Esta Instrução Normativa deverá ser observada por todos os estabelecimentos com registro no SIM/CONVALE e por todos os estabelecimentos que tenham envolvimento direto ou indireto com o processo de produção dos produtos de origem animal registrados no SIM/CONVALE.

Art. 2º. Serão utilizadas ferramentas de controle e gerenciamento de informações e de documentos, de modo a manter a higidez dos registros necessários a identificação e organização de informações relacionadas a produção, a origem e ao destino de produtos.

Art. 3º. Todos os fornecedores de matérias-primas deverão ser devidamente avaliados em procedimento próprio, sendo admitidos apenas aqueles que preencherem os requisitos de qualidade do SIM/CONVALE.

Art. 4º. As indústrias registradas no SIM/CONVALE poderão adquirir matérias-primas de origem animal registradas no SIM/CONVALE, no Serviço de Inspeção Estadual - SIE, no Serviço de Inspeção Federal - SIF e/ou produtos com registro no Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI.

Parágrafo único. O SIM/CONVALE poderá estabelecer convênio ou instrumento congênere para reconhecimento da eficácia de serviço de inspeção de outro município para fins de autorização de compra de matérias-primas por estabelecimento registrado no SIM/CONVALE. Entretanto, esclarece que, os estabelecimentos registrados no SIM/CONVALE somente podem adquirir matéria prima de outro estabelecimento

municipal, se o mesmo estiver devidamente registrado naquele município ou em algum outro Consórcio.

Art. 5º. As matérias-primas só deverão ser aceitas pelos estabelecimentos registrados no SIM/CONVALE se atenderem aos requisitos estabelecidos pelo serviço de inspeção.

Art. 6º. A recepção de matérias-primas deverá ser registrada em planilha própria, conforme documento constante no Anexo I.

Art. 7º. Cada matéria-prima deverá ser identificada pelo recebedor com um número específico que será utilizado para controle interno.

Parágrafo único. Cada operação de recepção de uma determinada quantidade de matéria-prima equivalerá a um lote, que deverá ser numerado para fins de controle interno do estabelecimento.

Art. 8º. A utilização de toda matéria-prima deverá ser controlada na linha de produção.

Art. 9º A utilização de um mesmo tipo de matéria-prima deverá respeitar, obrigatoriamente, o método PEPS (o primeiro que entra é o primeiro que sai).

§ 1º A partir do número de lote se estabelecerá a ordem de utilização da matéria-prima.

§ 2º A quantidade de cada matéria-prima a ser gasta deverá ser especificada em planilha própria, conforme Anexo II.

§ 3º Deverá ser anotado o número de cada lote na planilha a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 10. Todos os produtos deverão ser envasados em embalagens contendo rótulo.

Parágrafo único. O rótulo a que se refere o caput deverá constar todas as informações do produto, dentre elas a data de fabricação e o número do lote de produção, necessárias ao levantamento do histórico da produção, conforme Instrução Normativa específica.

Art. 11. As informações do produto expedido deverão ser lançadas em planilha própria constando, no mínimo, data; tipo do produto expedido; lote do produto acabado; nome, telefone, endereço e outras informações do comprador; quantidade e responsável pelo preenchimento da planilha, conforme Anexo III.

Parágrafo único. O lote do produto expedido deverá ser numerado pelo controle interno do estabelecimento.

Art. 12. As planilhas a que se referem os artigos 6º, 9º, §2º, e 11 deverão ser enviadas ao SIM/CONVALE até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos.

Parágrafo único. A entrega das planilhas poderá ser realizada de forma presencial ou por meio do e-mail: simconvale@gmail.com.

Art. 13. O SIM/CONVALE deverá aferir a conformidade das informações constantes das planilhas.

Parágrafo único. Caso haja inconformidade na planilha, o servidor responsável deverá notificar o estabelecimento para apresentar esclarecimentos e corrigi-la, se for o caso, no prazo de 5 (cinco) úteis a partir da entrega da notificação, sob pena de instauração de processo administrativo para apurar o fato.

Art. 14. Em caso de necessidade de rastreabilidade e recolhimento de produtos comercializados, este deverá ser realizado pelo estabelecimento.

§1º Os produtos recolhidos deverão ficar segregados dos demais produtos acabados e das matérias-primas até que o estabelecimento determine seu destino.

§2º O estabelecimento deverá entregar ao SIM/CONVALE relatório pormenorizado informando, no mínimo, os lotes recolhidos, a causa do recolhimento, os locais que foram recolhidos os produtos, as datas de recolhimento por local e as conclusões obtidas.

§3º O relatório a que se refere o parágrafo anterior deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após o último ato de recolhimento do produto ou lote de produto específico, sob pena de instauração de processo administrativo a fim de apurar o fato.

Art. 15. Os documentos e registros deverão ser atualizados de forma a preservar as alterações sucessivas, devendo a cada alteração, constar: versão, data da modificação, número de páginas e a natureza da mudança, mantendo a rastreabilidade das informações.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, e revoga-se a Instrução Normativa nº 05 de 10 de janeiro de 2025.

Uberaba/MG, 13 de outubro de 2025.

CELSON PIRES DE OLIVEIRA
Presidente



Pamela Roberta de Souza Silva
Médica Veterinária | CRMV-MG 19.105
Nomeada Portaria 005/2024
Conselho CONVALE

ANEXO I - MAPA MENSAL DE PRODUÇÃO (ENTRADA DE MATÉRIA PRIMA)

RAZÃO SOCIAL DO ESTABELECIMENTO				MUNICÍPIO:		
CNPJ/CPF		S.I.M.		MÊS/ANO		
ENTRADA DE MATÉRIA - PRIMA						
DATA	PRODUTO	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA	CPF/CNPJ	TEMPERATURA DE RECEBIMENTO	LOTE INTERNO	QUANTIDADE
TOTAL GERAL						
* Motivo da perda e destinação: OBSERVAÇÕES:						

Assinatura do representante legal do estabelecimento:

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO: Deverá ser preenchido pela empresa e entregue mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao mês que ocorreu os recebimentos, anexar cópias das notas fiscais das compras das matérias-primas.

ANEXO II - MAPA MENSAL DE PRODUÇÃO

RAZÃO SOCIAL DO ESTABELECIMENTO					MUNICÍPIO:	
CNPJ/CPF			S.I.M.		MÊS/ANO	
PRODUÇÃO						
DATA	MATÉRIA-PRIMA UTILIZADA E LOTE DA MATÉRIA- PRIMA	PRODUTO A SER PRODUZIDO	Nº RÓTULO	LOTE	PERDAS*	PRODUÇÃO DIÁRIA (QNT)
					TOTAL GERAL	
* Motivo da perda e destinação: OBSERVAÇÕES:						

Assinatura do representante legal do estabelecimento:

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO: Deverá ser preenchido pela empresa e entregue mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao mês de produção

ANEXO III - MAPA MENSAL DE PRODUÇÃO (EXPEDIÇÃO)

RAZÃO SOCIAL DO ESTABELECIMENTO						MUNICÍPIO:	
CNPJ/CPF			S.I.M.			MÊS/ANO	
SAÍDA DE PRODUTOS - COMERCIALIZAÇÃO							
DATA	DESTINATÁRIO	CPF/CNPJ	LOCAL	PRODUTO	LOTE	Nº RÓTULO	QUANT.
TOTAL GERAL							
OBSERVAÇÕES:							

Assinatura do representante legal do estabelecimento:

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO: Deverá ser preenchido pela empresa e entregue mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao mês da expedição.

ANEXO IV - RELATÓRIO MENSAL DE CONDENAÇÕES – ABATEDOURO

RAZÃO SOCIAL DO ESTABELECIMENTO				MUNICÍPIO:	
CNPJ/CPF		S.I.M.	ESPÉCIE	MÊS/ANO	
CONDENAÇÕES					
DATA	CONDENAÇÃO	GTA	PRODUTOR	DESTINAÇÃO	QUANTIDADE
TOTAL					
OBSERVAÇÕES:					

Assinatura do representante legal do estabelecimento:

Assinatura e carimbo do responsável pela verificação:

INSTRUÇÃO DE PREENCHIMENTO: Deverá ser preenchido pela empresa e entregue mensalmente, até o 10º dia do mês subsequente ao mês que ocorreu as condenações.